



SINDHOSFIL_{VP}

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023

INDICE	CLAUSULAS
Adicional Noturno	6 ^a
Admitidos após a Data Base	4 ^a
Atestados médicos, Odontológicos e Psicológicos	18 ^a
Auxílio Funeral	13 ^a
Aviso Prévio	23 ^a
Carta Aviso/Justa Causa	17 ^a
Cesta Básica	12 ^a
Comprovante de Pagamentos	19 ^a
Contribuição Assistencial	27 ^a
Creche	9 ^a
Duração e Vigência	30 ^a
Estabilidade ao Afastado por Doença	14 ^a
Estabilidade às Vésperas da Aposentadoria	16 ^a
Estabilidade Para Acidente de Trabalho	15 ^a
Férias Coletivas ou Individuais	8 ^a
Forma de Pagamento dos Salários	22 ^a
Fornecimento de Relação Nominal	20 ^a
Horas Extras	5 ^a
Jornada de Trabalho	7 ^a
Licença Maternidade e Adoção	10 ^a
Licença Paternidade	11 ^a
Multas	24 ^a
Piso Salarial	2 ^a
Prevenção do Câncer de Mama	28 ^a
Prevenção do Câncer de Próstata	29 ^a
Quadro de Avisos	26 ^a
Reajuste Salarial	1 ^a
Representação Sindical	25 ^a
Salário Substituição	3 ^a
Uniformes	21 ^a

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023

SUSCITANTE: SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, entidade sindical profissional, com sede na Rua Mirassol, 46, Vila Clementino, CEP 04044-010, São Paulo-SP, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.140.789/0001-99.

SUSCITADO: SINDICATO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS DO VALE DO PARAÍBA, ALTA MANTIQUEIRA E LITORAL NORTE, entidade sindical patronal, com sede na Rua Harry Mauritz Lewin, s/n, Campos do Jordão - SP, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.488.116/0001-35.

Entre as partes supra aludidas, fica estabelecida a presente Convenção Coletiva de Trabalho, que ora pactuam, nas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª: Reajuste Salarial

Reajuste dos salários em **8,83% (oito virgula oitenta e três por cento)** a ser dividido em 3 parcelas, da seguinte forma:

- a)** reajuste salarial de **3% (três por cento)**, a incidir sobre os salários de 31 de agosto de 2022, a serem pagos a partir de 01 de setembro de 2022;
- b)** reajuste salarial de **5% (cinco por cento)**, a incidir sobre os salários de 31 de agosto 2022, a serem pagos a partir de 01 de dezembro de 2022.
- c)** reajuste salarial de **8,83% (oito virgula oitenta e três por cento)**, a incidir sobre os salários de 31 de agosto 2022, a serem pagos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Parágrafo primeiro: Serão compensadas todas as antecipações legais, convencionais ou espontâneas, concedidas no período revisando, conforme Instrução Normativa nº 1, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo segundo: As eventuais diferenças salariais oriundas da presente norma coletiva, serão pagas em 3 (três) parcelas nas folhas de pagamento dos meses de dezembro/22, janeiro/23 e fevereiro/23.





SINDHOSFILVP

Cláusula 2ª: Piso Salarial

A partir de **1º de setembro de 2022** o piso salarial da categoria será assim disposto:

- a) Para os profissionais com 2 (dois) anos completos de formação: R\$ 2.774,49 (Dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e nove centavos).
- b) Para os profissionais com 2 (dois) anos completos ou mais de formação: R\$ 3.153,13 (Três mil, cento e cinquenta e três reais e treze centavos.).

A partir de **1º de dezembro de 2022** o piso salarial da categoria será assim disposto:

- a) Para os profissionais com 2 (dois) anos completos de formação: R\$ 2.828,36 (Dois mil, oitocentos e vinte e oito reais e trinta e seis centavos).
- b) Para os profissionais com 2 (dois) anos completos ou mais de formação: R\$3.214,36 (Três mil, duzentos e quatorze reais e trinta e seis centavos.).

A partir de **1º de janeiro de 2023** o piso salarial da categoria será assim disposto:

- a) Para os profissionais com 2 (dois) anos completos de formação: R\$ 2.931,53 (Dois mil, novecentos e trinta e um reais e cinquenta e três centavos).
- b) Para os profissionais com 2 (dois) anos completos ou mais de formação: R\$ 3.331,61 (três mil, trezentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos.).

Parágrafo único: Sobre o piso salarial não haverá incidência dos percentuais previstos na cláusula primeira (Reajuste Salarial).

Cláusula 3ª: Salário Substituição

Fica garantido ao Psicólogo substituto o mesmo salário percebido pelo Psicólogo substituído, enquanto durar a substituição, sem considerar as vantagens, desde que haja a substituição por mais de noventa dias.

Cláusula 4ª: Admitidos após a data base

Aos admitidos após a data base será aplicado proporcionalmente o percentual do índice acumulado vigente desde a data da admissão até 31/08/2022.

Cláusula 5ª: Horas Extras

As duas primeiras horas diárias, excedentes da jornada legal ou convencional, terão acréscimo de 50% (cinquenta por cento) e as demais de 100% (cem por cento).



SINDHOSFIL_{VP}

Parágrafo primeiro: Fica facultada aos empregadores a utilização do sistema de banco de horas, através do qual o excesso de horas trabalhadas em um dia poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, a referida compensação. O empregador poderá optar pela compensação no período destinado à concessão de férias, os correspondentes à compensação prevista nesta cláusula.

Parágrafo segundo: Na hipótese de rescisão de contrato de trabalho, ou após o decurso do prazo supra estabelecido, sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, o trabalhador fará jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão ou efetivo pagamento.

Cláusula 6ª: Adicional Noturno

O adicional incidente sobre as horas noturnas trabalhadas, assim consideradas as compreendidas entre as 22 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte, será de 40% (quarenta por cento), sobre o valor da hora normal.

Cláusula 7ª: Jornada de Trabalho

A jornada de trabalho dos Psicólogos obedecerá à legislação vigente.

Parágrafo único: É permitida a contratação de jornada inferior, com pagamento de salário proporcional ao número de horas contratadas, através de contrato escrito, firmado entre o Psicólogo e a empresa.

Cláusula 8ª: Férias Coletivas ou Individuais

O início das férias coletivas ou individuais não pode coincidir com sábados, domingos e feriados ou dias já compensados.

Cláusula 9ª: Creche

As empresas que não possuem creche própria ou convênio creche, concederão auxílio creche a título de reembolso, no mesmo valor da categoria preponderante.

Parágrafo primeiro: Quando o convênio creche distar do estabelecimento de serviço de saúde mais de 500 metros, as empresas colocarão à disposição da(o) empregada(o) condução para ida e volta, para levar as crianças no percurso entidade-creche-entidade. Se não houver possibilidade de o empregador fornecer a condução retro aludida, a empresa deverá proceder ao pagamento do auxílio creche, na forma acima estabelecida.

Parágrafo segundo: Os documentos exigíveis das(os) empregadas(os) para o recebimento do auxílio creche serão: a certidão de nascimento do filho, carteira de vacinação e declaração semestral de próprio punho firmando o direito de guarda e a dependência econômica da criança.

Cláusula 10ª: Licença maternidade e adoção

Serão concedidas as licenças maternidade e adoção na forma dos artigos 392 e 392-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

Cláusula 11ª: Licença Paternidade

As empresas assegurarão aos Psicólogos, a título de licença paternidade, a licença remunerada de 5 (cinco) dias consecutivos, quando do nascimento de filhos.

Cláusula 12ª: Cesta Básica

Os estabelecimentos de serviços de saúde situados em bases territoriais, onde a categoria preponderante tenha o benefício, concederão, mensalmente, uma cesta básica de alimentos, com a mesma composição da fornecida e nos prazos fixados pela mesma.

Cláusula 13ª: Auxílio Funeral

No caso de falecimento do Psicólogo, o empregador pagará à família do mesmo, o equivalente a 100% (cem por cento) do salário normativo na data do evento, salvo a entidade que proporcionar seguro de vida que cubra tais despesas.

Cláusula 14ª: Estabilidade ao afastado por doença

O empregado afastado do trabalho por doença tem estabilidade provisória até 30 (trinta) dias após a alta médica.

Cláusula 15ª: Estabilidade para acidente de trabalho

Fica assegurada aos Psicólogos vitimados por acidentes de trabalho, estabilidade em conformidade com o artigo 118, da Lei nº 8.213/91.

Cláusula 16ª: Estabilidade às vésperas da aposentadoria

a) Fica assegurada a garantia de emprego ou salário aos Psicólogos que estiverem a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria especial ou proporcional e que contem com um mínimo de 3 (três) anos de trabalho na mesma empresa, sendo que adquirido o direito, cessa a estabilidade.

b) Fica assegurada a garantia de emprego ou salário aos Psicólogos que estiverem a um máximo de 24 (vinte e quatro) meses da aquisição do direito à aposentadoria especial ou proporcional e que contem com um mínimo de 5 (cinco) anos de trabalho na mesma empresa, sendo que adquirido o direito, cessa a estabilidade.

Parágrafo único: Os Psicólogos deverão notificar a empresa por escrito de que possuem tal condição, no ato da aquisição do direito da estabilidade, com a apresentação de carta de próprio punho, acompanhada do seu CNIS emitido por posto da previdência social.

Cláusula 17ª: Carta aviso/Justa causa

Ao empregado dispensado sob alegação de falta grave deverá ser entregue pelo empregador carta aviso, com os motivos da dispensa, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

Cláusula 18ª: Atestados médicos, odontológicos e psicológicos

Reconhecimento pelas empresas de atestados de saúde, conforme a descrição de profissionais de saúde estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, dos ambulatórios do SUS (Sistema Único de Saúde), INSS e convênios privados ou oferecidos pelas empresas.

Cláusula 19ª: Comprovante de pagamentos

Será fornecida pela empresa, comprovante de pagamento, com a discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa e os recolhimentos do FGTS, bem como o cargo/função exercido, podendo esse ser por via física(papel) ou virtual, desde que haja a devida proteção de sigilo.

Cláusula 20ª: Fornecimento de relação nominal

As empresas deverão fornecer ao Sindicato Suscitante relação nominal dos Psicólogos, contendo inclusive as informações sobre as contribuições sindicais.

Cláusula 21ª: Uniformes

O uniforme será fornecido obrigatoriamente pelo empregador aos Psicólogos quando exigidos pelas empresas na prestação de serviços ou quando exigidos pela própria natureza do serviço.

Cláusula 22ª: Forma de pagamento dos salários

As empresas que não efetuarem o pagamento dos salários e vales em moeda corrente, deverão proporcionar aos empregados tempo hábil para o recebimento no banco ou posto bancário, dentro da jornada de trabalho, quando coincidam com o horário bancário, excluindo-se os horários de refeição.

Cláusula 23ª: Aviso Prévio

Concessão na forma da lei.

Cláusula 24ª: Multas

a) Em caso de descumprimento de quaisquer das obrigações previstas na presente convenção, a parte infratora pagará ao prejudicado multa de 1% (um por cento) do menor salário da categoria, exceção feita às cláusulas que contenham multa específica.

b) Observando-se as limitações do Código Civil vigente.

Cláusula 25ª: Representação sindical

As empresas reconhecerão o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, como único representante dos Psicólogos nesta base territorial.

Parágrafo único: A legitimidade de representação por um novo sindicato, somente será possível caso seu arquivamento no Arquivo das Entidades Sindicais não sofra impugnação e, também, se houver manifestação objetiva e expressa da maioria dos membros da categoria na base territorial em disputa.

Cláusula 26ª: Quadro de avisos

Será garantida ao Sindicato a utilização de quadro de avisos da empresa, para notificar assuntos exclusivos da categoria profissional.

Cláusula 27ª: Contribuição Assistencial

As empresas promoverão o desconto da Contribuição Assistencial no importe de 2% (dois por cento) do salário nominal dos empregados, associados/filiados, de uma só vez e quando do primeiro pagamento dos salários já reajustados, de acordo a legislação vigente, em favor do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo. Essa importância deverá ser recolhida



SINDHOSFIL_{VP}

em conta vinculada sem limite à Caixa Econômica Federal - Agência Clínicas nº 1597, conta corrente, nº 2207-6 tipo 003.

Parágrafo primeiro: Fica assegurado o direito de oposição dos trabalhadores filiados, a ser exercido dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura da presente norma coletiva de trabalho, podendo ser exercido pessoalmente na sede do Sindicato Profissional ou através correspondência com aviso de recebimento.

Parágrafo segundo: As empresas deverão encaminhar ao Sindicato dos Psicólogos a cópia da guia de recolhimento acompanhada da relação nominal dos trabalhadores com o respectivo valor do desconto.

Parágrafo terceiro: O Sindicato Profissional, desde já isenta as entidades/empresas de qualquer responsabilidade sobre os descontos realizados a este título, face a aprovação de AGE por força do artigo 8º, IV, da Constituição Federal e de conformidade com a legislação vigente.

Cláusula 28ª: Prevenção do Câncer de Mama

As empregadas acima de 40 (quarenta) anos terão direito à dispensa de pelo menos meio dia de trabalho por ano para realização de mamografia, como política para prevenção de câncer de mama, e os hospitais que tiverem a especialidade, oferecerão sua estrutura para a realização do exame.

Parágrafo primeiro: Para efeito de escala de trabalho, a empregada deverá comunicar a entidade empregadora, por escrito, a data da realização do exame, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo segundo: O direito à dispensa prevista nesta cláusula ficará condicionado à comprovação de que o exame foi realizado na data da dispensa, mediante apresentação de atestado médico, na forma da lei.

Cláusula 29ª: Prevenção do Câncer de Próstata

Os empregados acima de 40 (quarenta) anos terão direito à dispensa de pelo menos meio dia de trabalho por ano para realização do exame clínico de detecção precoce do câncer de próstata e os hospitais que tiverem a especialidade, oferecerão seus serviços para a realização do exame.

Parágrafo primeiro: Para efeito de escala de trabalho, o empregado deverá comunicar a entidade empregadora, por escrito, a data da realização do exame, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo segundo: O direito à dispensa prevista nesta cláusula ficará condicionado à comprovação de que o exame foi realizado na data da dispensa, mediante apresentação de atestado médico, na forma da lei.

Cláusula 30ª: Duração e Vigência

As cláusulas ora pactuadas terão validade por doze meses, com início em 1º de setembro de 2022 e término em 31 de agosto de 2023.

Vale do Paraíba, de de 2022.



SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
SR. ROGÉRIO GIANNINI
Presidente
CPF: 013.933.298-70



SINDICATO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO
JAIME DURIGON FILHO
Presidente
CPF nº 415.315.158-00